

CPI - Orçamento

# Imprensa como palanque eleitoral

JORNAL DE BRASÍLIA

GAUDÊNCIO TORQUATO

22 NOV 1993

Parafraseando Shakespeare ("a maldade que um homem pode fazer sobrevive a ele"), poder-se-ia dizer: os danos que a imprensa pode causar à imagem de uma pessoa sobrevivem a ela. O mal que pode gerar — ao envolver figuras públicas em denúncias — é infinitamente maior que o eventual bem que poderá trazer, quando faz a correção de informações. Essa é uma questão de alta significação para o momento em que o País está vivendo. A imprensa cumpre alto papel de fiscalização da coisa pública e isso a torna digna e respeitada. Mas não tem o direito de confundir a instituição política com políticos ou mesmo estabelecer um nivelamento entre pessoas citadas e denunciadas como integrantes de esquemas de corrupção.

Na CPI do Orçamento, por exemplo, há vários níveis de posicionamento das pessoas nominadas nos depoimentos. Há vagas referências a nomes, há citações sucessivas de um mesmo nome, há acusações mais diretas e contundentes (do tipo "eu presenciei entrega de dinheiro, eu vi; no dia tal, ocorreu isso") e, há, ainda, acusações já comprovadas por investigações. Portanto, estamos diante de um amplo leque de referências. Quando a imprensa, porém, junta nomes numa relação, está colocando os citados no mesmo patamar. Para efeito de opinião pública, todos são iguais. E a simples menção a um nome, dentro de moldura negativa, contribui para o pré-julgamento. Os danos morais e políticos são

incalculáveis.

O artigo 5º, da Constituição, que prega a liberdade de expressão, também diz que todos são iguais perante a lei. Um cidadão que se sente prejudicado pela imprensa, em função do pré-julgamento que pode ocorrer, quando seu nome é citado, tem seus direitos feridos, porque, de alguma forma, recebe sanções morais e públicas, antes mesmo de ser julgado. Ou seja, seu legítimo direito de se defender se fragmenta, ante o clima de condenação prévia que se estabelece. É claro que as figuras públicas, que são pagas pelo povo para fazer sua representação, sabem que suas vidas, a qualquer momento, poderão ser expostas. Os limites entre o público e o privado, na área política, são muito estreitos. A imprensa, em casos de abusos, tem o dever de fazer a denúncia. A questão está em saber fixar os limites entre o dever de informar e a irresponsabilidade de fazer insinuações levianas ou acusações sem provas.

A propósito, ninguém está isento de cometer injustiças e impropriedades ao abordar essa intrincada questão, pois a subjetividade emerge, quando se tenta inferir o impacto das denúncias sobre as figuras públicas listadas pela imprensa. O paper que preparei, recentemente, sobre a projeção da CPI do Orçamento no quadro político dos estados, publicado pelo Jornal do Brasil, no dia 11 de novembro, e que alcançou ampla repercussão, é um documento sujeito a refutações, por ser subjetivo. Foi feito em cima da leitura de jornais, com base em

conversas com jornalistas dos estados e com políticos, além de interpretação de pesquisas de institutos de opinião.

O documento contém falhas, algumas informações estão incompletas e outras podem até ter sido injustas. Duas, pelo menos, registro: as notícias veiculadas pela imprensa sobre o governador Fleury me levaram a pular na esteira de uma presumível lista publicada pelos jornais, o que é incompatível com a isenção que deve existir na análise política. A onda contra o governador certamente faz parte do jogo eleitoral, conduzido por um partido radical, que está fazendo da CPI do Orçamento, palanque eleitoral. Como a sucessão passará, necessariamente, por São Paulo, Fleury torna-se grande alvo. O outro caso se refere ao deputado Flávio Rocha, do PL do RN, que apareceu, no documento, como "chamuscado". O deputado foi um dos primeiros políticos do País a denunciar o mal uso das verbas públicas, chegando, inclusive, a demonstrar, muito antes da CPI, o desvio irresponsável das verbas do Orçamento. Justiça seja feita.

A CPI do Orçamento não está se transformando em imenso palanque? Quem está vazando informações e quais são suas motivações? O que mais existe por trás do jogo das notícias? A imprensa não está sendo usada como ferramenta de marketing?

■ Gaudêncio Torquato é jornalista, professor da USP e analista político